



Sindilegis

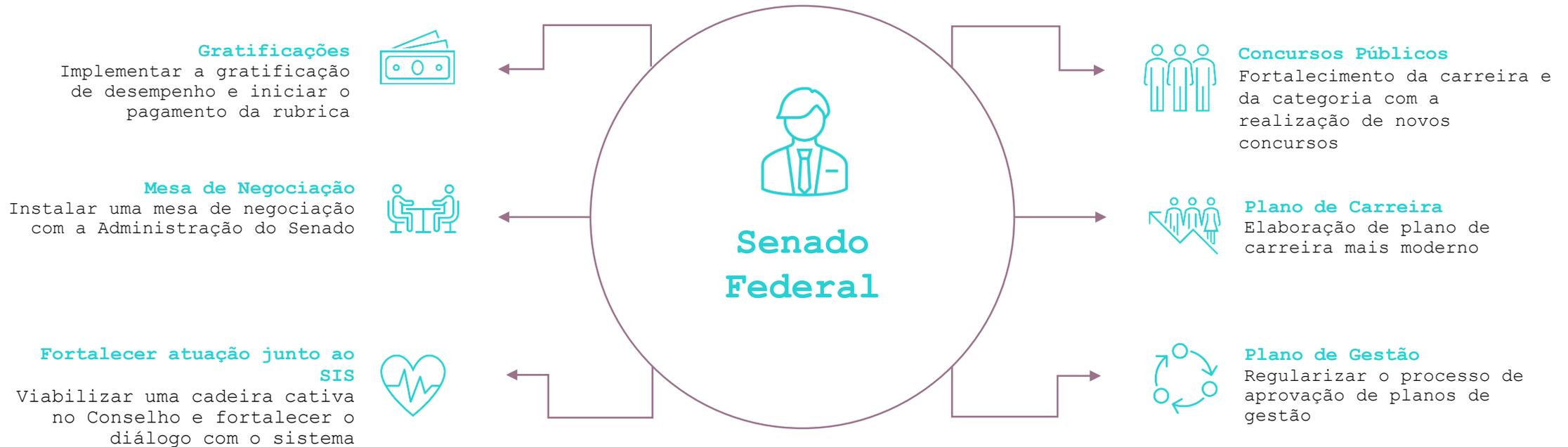


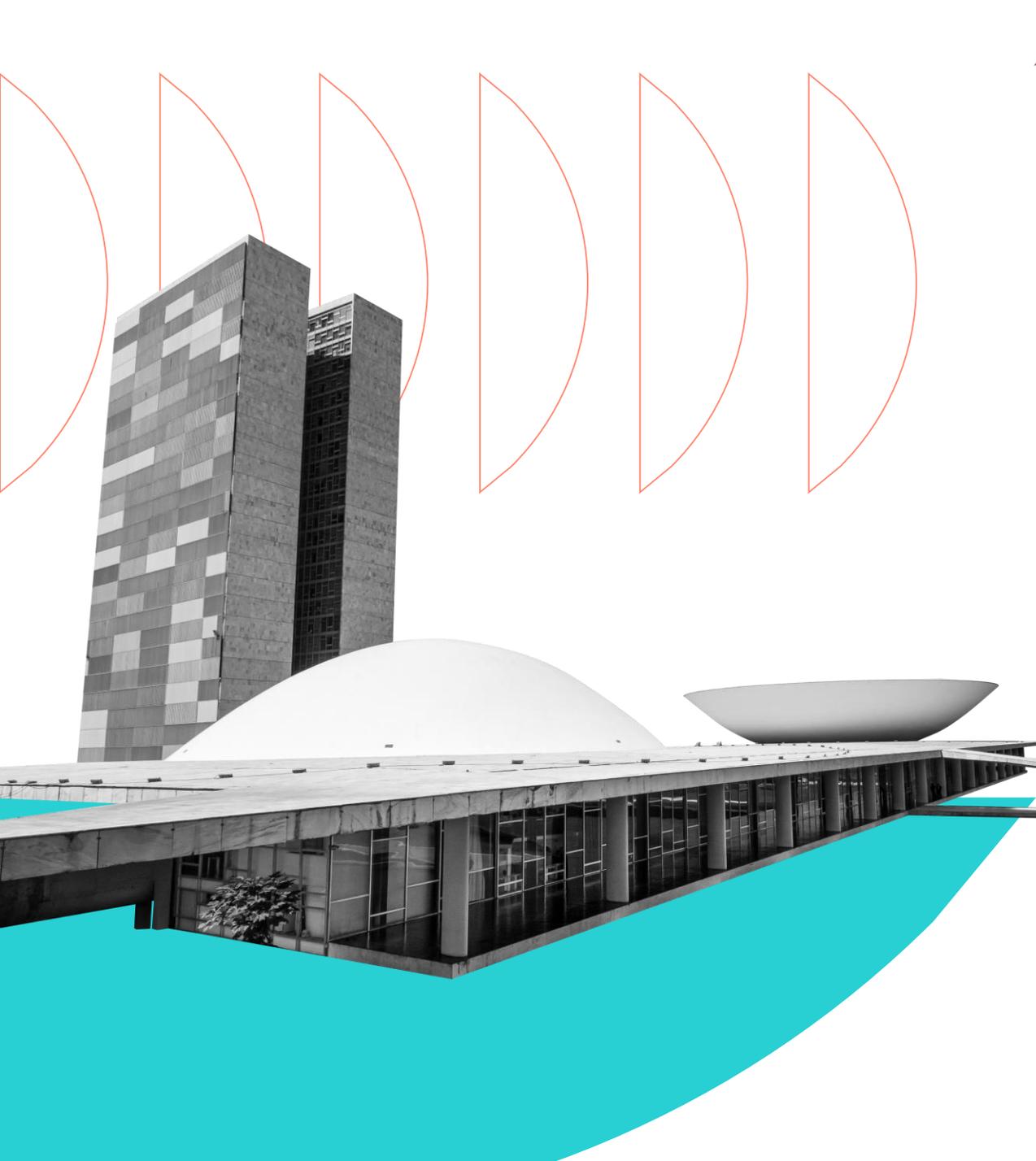


Senado Federal



PAUTAS ESPECÍFICAS - Senado Federal





PAUTAS ESPECÍFICAS - Senado Federal

IMPLEMENTAR A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO (GD)

- ▶ Aprovada emenda na LOA 2023 que prevê o pagamento da GD em 2023.
- ▶ O Sindilegis se reuniu com o 1º Secretário da Mesa Diretora, senador Rogério Carvalho, para falar sobre o assunto.

O Sindilegis vem em contato constante com a

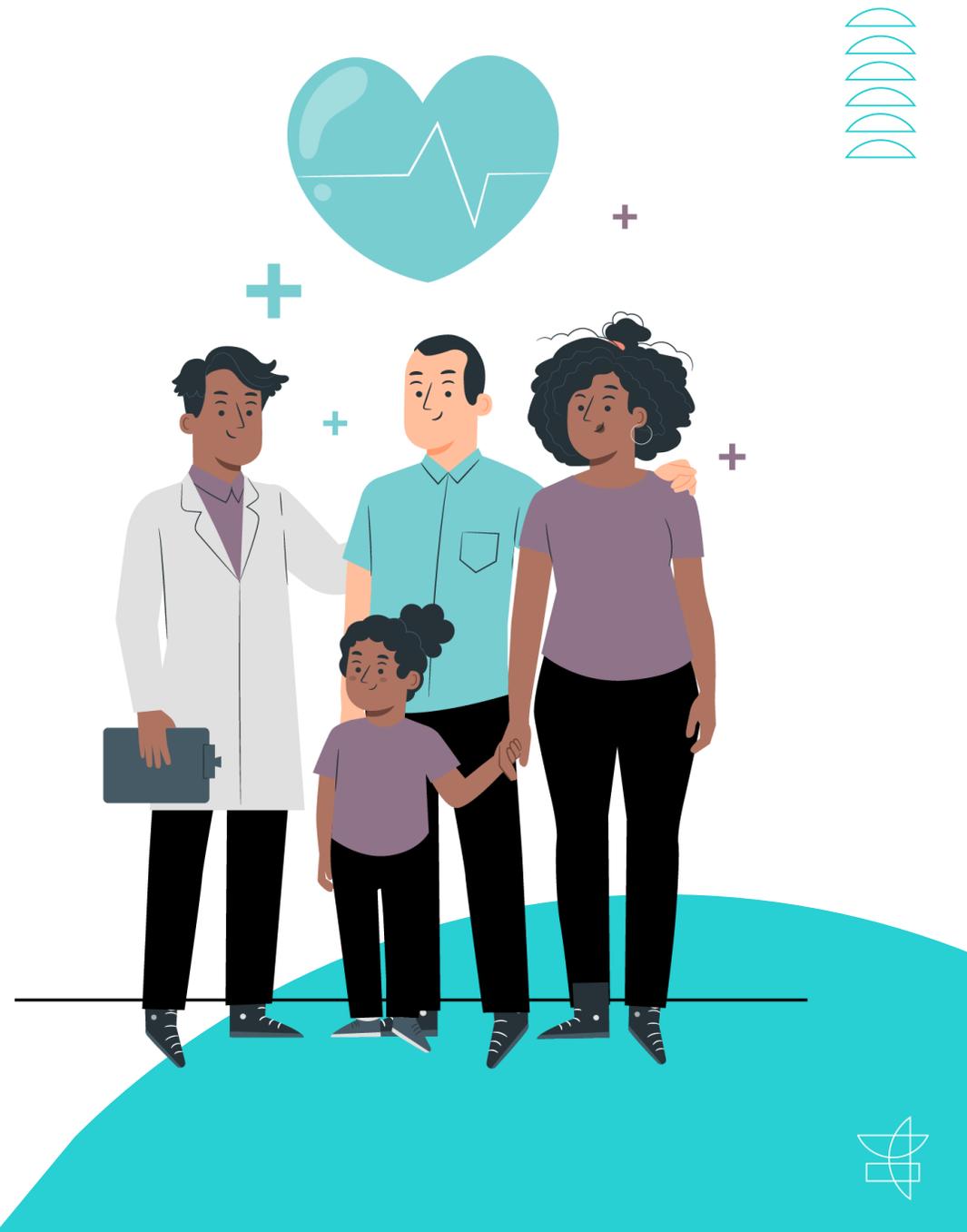
- ▶ Direção-Geral do Senado e o Departamento de Pessoal para cobrar a implementação e o pagamento • Expectativa de apresentar portaria de implementação em setembro.

FORTALECER ATUAÇÃO JUNTO AO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE (SIS)

- ▶ Realizada reunião com a coordenação do SIS para entender a situação financeira do plano e reiterar e reiterar a presença do Sindicato no assunto.

Realizado encontro com os candidatos ao Conselho do SIS para o biênio 2023-2025.

Sindilegis se reuniu com os novos eleitos para levar pautas importantes dos servidores.



PLANO DE GESTÃO



O Sindilegis quer regularizar o processo de aprovação de planos de gestão. Há relatos de demora e prejuízo aos servidores. Este assunto engloba teletrabalho.



INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO PARA OS COMISSIONADOS

- ▶ Apresentado o PL 1107/2023, de autoria do *Senador Weverton (PDT/MA)*. A proposta vem do *Sindilegis*, após discussões em grupo de trabalho com comissionados.
- ▶ O texto prevê a meia indenização bruta por cada 12 meses trabalhados.
- ▶ O senador, com o apoio do *Sindilegis*, estuda estratégias para a escolha da relatoria e os próximos passos.





PAUTAS GERAIS - Pautas Comuns às três Casas

MESA PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO

- ▶ Elaboração e apresentação de minuta para estabelecer da Mesa de Negociação Permanente no TCU.
- ▶ O objetivo é levar o mesmo texto para Câmara dos Deputados e Senado.
- ▶ O texto já recebeu aval dos secretários gerais do TCU e agora aguarda despacho do presidente Bruno Dantas.



NOVOS PLANOS DE CARREIRA

- ▶ Rodada de debate com os presidentes das associações representativas para tratar de pontos importantes para o novo plano de carreira.
- ▶ Trazer para o debate pontos como exigência de nível superior para técnicos, reformulação de atribuições, mudança nos padrões das carreiras, equalização da remuneração entre Casas.





Núcleo Jurídico



HISTÓRICO DAS AÇÕES COLETIVAS

Escritório: Telesca e Advogados Associados S/S.

Advogado: Luís Maximiliano Telesca.

Objeto da ação: Reajustes da VPNI.

Número da Ação principal: 1039204-82.2022.4.01.3400.

Número do Agravo de Instrumento: 1031473-
50.2022.4.01.3400.

Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Vara: 16ª Vara Federal Cível da SJDF.

Servidores abrangidos: Aposentados e pensionistas do Senado Federal e da Câmara dos deputados.



RESUMO DA AÇÃO/ANDAMENTO:

- ▶ A ação foi ajuizada em 22 de junho de 2022 objetivando que a União se abstenha de proceder à exclusão do reajuste concedido pelas Leis n°s 13.302/2016 e 13.323/2016 sobre a VPNI dos servidores substituídos aposentados e pensionistas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.
- ▶ Em 18 de julho de 2022 foi indeferido o pedido de tutela de urgência.
- ▶ Protocolado Agravo de Instrumento teve seu provimento negado em 24 de março de 2023.
- ▶ Sindilegis apresentou recurso em 27 de abril de 2023.
- ▶ O processo foi concluso para decisão em 8 de maio de 2023.
- ▶ Ação principal aguardando prolação de sentença desde 13 de fevereiro de 2023.





HISTÓRICO DAS AÇÕES COLETIVAS

Escritório: Telesca e Advogados Associados S/S.

Advogado: Luís Maximiliano Telesca.

Objeto da ação: Função inerente.

Número da ação principal: 1036862-69.2020.4.01.3400.

Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Servidores abrangidos: Aposentados e pensionistas do Senado Federal e da Câmara dos deputados.

Servidores abrangidos: aposentados e pensionistas do Senado Federal.

RESUMO DA AÇÃO/ANDAMENTO:

- ▶ Ação ajuizada em *1 de julho de 2023* visando sejam anulados os efeitos do item 9.2.3 do Acórdão nº 2.602/2013-PlenárioTCU.
- ▶ A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por maioria, negou provimento à apelação do SINDILEGIS e deu provimento à apelação da União, nos termos do voto do Relator.



HISTÓRICO DAS AÇÕES COLETIVAS

Escritório: Telesca e Advogados Associados S/S.

Advogado: Luís Maximiliano Telesca.

Objeto da ação: Vantagem opção clássica.

Número da Ação principal: 1048357-13.2020.4.01.3400.

Número do Agravo de Instrumento: 1029818-14.2020.4.01.0000.

Número do Cumprimento Provisório de Sentença: 1060359-44.2022.4.01.3400.

Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Vara: 1ª Primeira Turma.

Relator: Desembargador Federal Eduardo Moraes da Rocha.

Servidores abrangidos: servidores Aposentados, ou em vias de se aposentar, do Senado Federal, independentemente da data de filiação.

RESUMO DA AÇÃO/ANDAMENTO:

- ▶ A ação foi ajuizada em 2020 visando a anulação dos efeitos do item 9.4 do Acórdão nº 1.599, de 2019/Plenário TCU.
- ▶ Inicialmente a tutela provisória de urgência requerida pelo SINDILEGIS foi indeferida.
- ▶ Interposta Apelação em 24 de março de 2022 na Ação Principal – recurso está concluso para decisão desde 10 de outubro de 2022 com 1ª Primeira Turma – Relator: Desembargador Federal Eduardo Moraes da Rocha.
- ▶ Protocolado cumprimento provisório de sentença de obrigação de fazer em 12 de agosto de 2022.

HISTÓRICO DAS AÇÕES COLETIVAS

RESUMO DA DEMANDA:

Vantagem opção 481

- ▶ A ação está aos cuidados do escritório Telesca e Advogados Associados S/S. A minuta da petição inicial já foi elaborada e estamos trabalhando na organização dos documentos. 154 servidores foram atingidos pela Decisão nº 481 do TCU.
- ▶ Identificamos quais já são filiados e estamos solicitando a documentação necessária. Para os que não são filiados, estamos estudando uma estratégia de

Vantagem opção 2

- ▶ A ação está aos cuidados do escritório Telesca e Advogados Associados S/S. Dr. Max está finalizando a ação. Espera-se que o protocolo ocorra nos próximos meses.

OBRIGADO



Sindilegis